



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA

(UNILAB)

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

**IDENTIDADE ÉTNICA TRIBALISMO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO
DEMOCRÁTICA DO ESTADO-NAÇÃO GUINEENSE.**

REDENÇÃO-CE

2018

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

**IDENTIDADE ÉTNICA TRIBALISMO E A CONSTRUÇÃO
DEMOCRÁTICA DO ESTADO-NAÇÃO GUINEENSE.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.
Orientador: Rafael da Cunha Scheffer.

REDENÇÃO-CE

2018

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

**IDENTIDADE ÉTNICA TRIBALISMO E A CONSTRUÇÃO
DEMOCRÁTICA DO ESTADO-NAÇÃO GUINEENSE.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Humanidades de
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito
parcial a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado no dia 28 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Rafael da Cunha Scheffer (Orientador)

Prof. Dr.Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (Examinador)

Prof.Dr. Natalia Cabanillas (Examinadora)

Resumo:

O presente plano de pesquisa foi realizado como o requisito para concessão do título de graduado em Bacharel em Humanidades no Instituto das Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O objetivo deste projeto visa investigar a relação entre Identidade étnica, tribalismo e a construção democrática do Estado-nação guineense. Assim pretendemos com este estudo abordar os aspetos teóricos, sobre a identidade étnica e as construções democráticas nas políticas do estado guineense, como uma proposta para entender esse fenômeno social. A metodologia para a sustentação do desenvolvimento deste trabalho vai ser mediante uma pesquisa qualitativa, fundamentando com as abordagens dos teóricos da mesma linha do pensamento, como Stuart Hall, Fredrik Barth, Carlos Lopes, Moema Parente Augel, e outros, para melhor compreender a situação. O estudo parte de uma reflexão teórica e acadêmica, e está dividido em três partes: No primeiro capítulo vamos falar sobre a identidade étnica, tribalismo e a maneira como são vistos na Guiné-Bissau. O segundo capítulo vai trazer uma abordagem de como a construção do Estado nacional guineense lidou com a questão do tribalismo até última década. Na terceira e última parte procuramos destacar os desafios pela questão étnica hoje, pensando os riscos e as motivações da mesma.

Guiné-Bissau: Identidade, Tribalismo, Estado-nação.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
OBJETIVOS	3
JUSTIFICATIVA	4
METODOLOGIA	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

INTRODUÇÃO

Desde antes da chegada dos portugueses o atual país conhecido por República da Guiné-Bissau era constituído por diferentes reinos. Como apontou Moema Parente Augel (2007), que na África ocidental o sistema do poder era exercido nos séculos X-XVIII, entre os diferentes grupos étnicos linguísticos, que possuem formas organizacionais diversas, dos sistemas imperiais, de sociedades sem estado, até diversas formas estatais.

Os Mandingas, etnia muçulmana, vindos do Alto Níger, constituíram o Império de Mali e estendiam-se por uma imensa área na parte ocidental interior africana (AUGEL, 2007, p.51). Com esse aumento étnica de maioria muçulmana, podemos entender a questão de conquista territorial, como tendo evoluído ao tempo, relacionando-o como ponto de partida para uma relação social e diferencial, da experiência e exercício da conquista do poder entre os grupos étnicos da Guiné-Bissau. Assim, o sociólogo guineense Carlos Lopes (1982) define o Estado moderno atual na África como o surgimento de uma ideologia do exterior que veio transformar todas as estruturas sociais que predominava no continente, também priorizando o surgimento dos denominados homens de Estado. Segundo a concepção de Thomas Hobbes (1974), “que o homem é o lobo do homem”, podemos perceber esses homens de Estado como as pessoas que lutaram para a libertação nos Estados africanos, em particular da Guiné-Bissau. Por outro lado, para o sociólogo guineense Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (TEIXEIRA, 2015) na “Guiné-Bissau pós-independência, a estrutura dos aparelhos de Estado, herdada da colonização portuguesa, foi reconfigurada na sociedade através da luta armada de libertação nacional, associada à construção de zonas libertadas que conduziram a independência”. Nesse processo, que se iniciou nos anos 1960, foram excluídos outros certos grupos sociais e étnicos na formação das estruturas políticas, durante os regimes do PAIGC que conduziram também a transição para a democracia na década de 1990 (TEIXEIRA, 2015, p.131).

A República da Guiné-Bissau é um país da África Ocidental que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 quilômetros quadrados de área, com uma população estimada de 1,6 milhão de pessoas. A respeito dessa população, o Instituto Nacional de

Estatística (INE), na sua política de recolha de dados, introduziu no âmbito da realização do 3º Recenseamento Geral da População e Habitação de 2009 a repartição da população de nacionalidade guineense segundo etnia.

Assim, observa-se no mesmo estudo que existe uma pequena parte da população que não pertence a nenhuma etnia (2,2%). Os Fulas correspondem à etnia com maior expressão no país (28,5%), seguidos pelos Balantas (22,5%) e Mandingas com (14,7%). A população pertencente à etnia Papel corresponde a (9,1%), e a pertencente à etnia Manjaco corresponde a (8,3%), com as pessoas pertencentes às etnias Nalu, Saracole e Sosso correspondendo a proporções abaixo de (1%), segundo o Instituto Nacional de Estatística, da Guiné-Bissau (INE, 2009). Por outro lado, os grupos que são excluídos das concepções de direito à cidadania na modernidade, podem atualmente integrar-se com a expansão dos valores democráticos e a conquista do espaço político em África (TEIXEIRA, 2015, p.103).

O presente projeto de pesquisa visa investigar e refletir sobre as questões do pertencimento étnico e os problemas e desafios institucionais do processo de coesão interna entre os atores sociais e políticos da Guiné-Bissau. Como apontado por alguns autores, a pluralidade étnica tem dificultado a relação política interna do estado nacional guineense, sobretudo num relacionamento cívico. Além disso, esse processo levanta sérias discussões em torno de etnicidade e do tribalismo como problemas políticos Guineenses.

Assim sendo, perante uma situação da crise democrática e da construção do Estado-nação guineense, percebe-se como é importante uma reflexão a respeito do pertencimento étnico como suporte político para a obtenção do poder no estado da Guiné-Bissau. A compreensão de uma formação social africana passa necessariamente pelo estudo da etnia, do Estado e das relações de poder. A Guiné-Bissau não escapa à regra generalizada após os atribulados anos de transformação do quadro político pela independência (LOPES, 1982, p.13). Deste modo, vamos tentar abordar sobre a identidade étnica, o tribalismo, e a construção democrática do estado nacional guineense, possibilitando uma ascendência ideológica materializado no exercício democrático.

Quer dizer, além de construir uma reflexão sobre esses tópicos, buscaremos analisar como as questões do tribalismo político podem influenciar o desenvolvimento do Estado, em particular nos momentos da disputa política e democrática pelos Guineenses.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo investigar e compreender os elementos básicos que constituem as narrativas do pertencimento étnico, seus impactos no cenário político e social e a sua manipulação por líderes políticos, com vistas à obtenção do poder político.

Sendo assim, o estudo pretende mostrar os principais problemas políticos e sociais que o tribalismo político pode causar no processo da reconstrução democrática do Estado-nação guineense, assim como a relevância política e social desse tema para uma harmonização democrática entre os guineenses.

Objetivos específicos

- Analisar o tribalismo político como o fator da instabilidade democrática;
- Perceber os elementos que podem facilitar a harmonização democrática;
- Conhecer as causas da motivação discursiva sobre pertencimento étnico;
- Evidenciar os impactos dessa sobre a concretização sólida do Estado-nação guineense;

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de pesquisa visa investigar a relação entre Identidade étnica, tribalismo e a construção democrática do Estado-nação guineense. A escolha do referido tema surgiu a partir da discussão levantada em sala de aula, na disciplina Identidade e Poder no Bacharelado em Humanidades, interligadas ao debate da identidade, questões das fronteiras étnicas, e da etnicidade, assim como da nação.

A partir daí questiono como a política guineense pode se desenvolver na relação com diferentes grupos étnicos, e como a disputa do poder pode se relacionar com a questão indentitária, quando se cruza com a etnicidade. Assim percebo que para compreender estas questões das relações sociais, pertencas étnica e também como a formação política deve ser vista, sobretudo mediante análises da teoria social, em seus aspectos culturais e políticos. Busca-se, assim, relacionar essas fronteiras políticas e sociais ao debate do tribalismo, que podem ser associados e analisados com a identidade étnica e suas fronteiras, como mostrou o antropólogo Fredrik Barth (1969).

O Estado da Guiné-Bissau tem enfrentado por muitos anos problemas em volta da identidade e da resolução das lutas sociais e políticas, incluindo a maneira como as questões étnicas podem ser vistas como ideologia moral, atuando politicamente na sociedade. Essa prática pode ser compreendida conforme a narrativa de Christoph Kohl (2007), com as percepções étnicas justificando ações e atuando, ao longo da independência, de modo a limitar ou impedir o desenvolvimento nacional a partir de interesses individuais.

Como salienta (Berman,1998), a etnicidade moral pode ser entendida como um comportamento moral-econômico vertical entre clientelismos político-econômicos de base étnica, onde o “tribalismo político” se refere a competições horizontais entre redes étnicas de clientelismo (BERMAN, 1998, apud, KOHL, 2007, p.52). Durante a fase de luta da libertação do território guineense, o discurso baseado no fundamento étnico servia à unidade nacional, entendendo-se que essa denominação não criava disputas internas na política, desde que sem exaltação do tribalismo. Por outro lado, como mostra o antropólogo e investigador da sociedade étnica guineense Chistoph Kohl (2007):

Após a independência, tornou-se um tabu normativo falar de “tribos” devido ao medo de fomentar divisões ao longo das linhas do “tribalismo”. Pelo contrário, segundo a ideologia oficial (quer dizer, duma perspectiva normativa), o desenvolvimento nacional devia ser direcionado para o benefício do povo, independentemente da sua filiação étnica. (RIBEIRO, 1994, apud, Kohl, 2007, p. 46).

A questão da identidade étnica, dessa forma, coloca-se em um campo de contradições muito significativas para a sociedade contemporânea. Deste modo, se percebe que as atitudes políticas e sociais, podem problematizar o tribalismo, dificultando a convivência coletiva entre as pessoas no sistema política administrativa guineense, onde a própria questão pode ser percebida na discussão de uma série dos autores. O investigador guineense Tchernó Djaló salientou em uma entrevista à agência Lusa que “Guiné-Bissau “tem a sorte” de ser constituída por diversas etnias que se respeitaram entre si ao longo de séculos, ao contrário de outros países africanos (DJALÓ, 2015)”. Por outro lado, para Artemisa Odila Candé Monteiro, em “Guiné-Bissau, o advento de multipartidarismo ressuscitou as velhas manifestações de cunho tribal antes repreendidas por Cabral durante a luta de libertação; as distinções étnicas antes vistas como riqueza cultural do país, hoje estão servindo de recurso de atração de votos para eleger um determinado candidato” (CANDÉ, 2013, p.242).

Embora acredite que a liderança política do país esteja cada vez mais tentada a “manipular e a empurrar” os grupos étnicos, Djaló destaca que estes nunca entraram em conflitos. Ainda segundo este autor:

Nunca houve um problema na Guiné. Não há o problema do espaço vital (de uma etnia), nunca houve uma confrontação interétnica até agora apesar de todas as convulsões políticas que nós temos tido. Isso limita-se às esferas do poder, não chega às bases. Esta é a sorte da Guiné” Djaló (2015).

Por outro lado, ele percebe que tal como nos outros países, a liderança política parece estar tentada a criar “um falso problema” em volta da etnicidade na Guiné-Bissau opondo as populações umas contra outras com pressupostos étnicos e ideológicos mobilizada pelas lideranças, com a intenção de dividir e tirar proveito. Djaló dá como exemplo a vizinha Guiné-Conacri onde, afirma, as clivagens são reais. Por outro lado, se percebe que o problema étnico não é grande elemento da crise social guineense, o que mostra na verdade a limitação desse assunto no topo do poder. E dessa forma percebemos que para que um Estado consiga concretizar o seu desenvolvimento social e político, as lutas internas entre os seus dirigentes devem ser postas de lado

priorizando uma unidade desde as elites até as bases sociais. Nesse aspecto, tanto a política como a identidade são instrumentos de reconhecimento que estão em constantes lutas internas, nas quais as pessoas tentam concretizar os seus autoconhecimentos e conexões apesar de estarem em um único Estado.

Podemos entender que o tribalismo é característico de disputas das identidades étnicas em qualquer Estado africano, que sofreu com o sistema colonial. Perante estes fatos a identificação étnica se conecta com narrativas de históricas e de lutas para libertação nacional, aparecendo também nos discursos políticos, como aponta o político e escritor guineense (Djaló, 2015).

Marcando a atualidade do tema, o discurso proferido da tomada de posse do novo governo faz uma referência clara aos impactos negativos dessas diferenças e seu uso político:

Apesar de as armas não terem substituído o diálogo entre homens e mulheres, desta vez, por ocasião de mais uma crise política as consequências negativas não deixaram de se fazer sentir. Estamos mais pobres e as formas de estruturação das instituições estatais obedecem, cada vez menos, à racionalidade própria de um Estado". As reservas dos recursos humanos que deveriam constituir a ossatura do Estado e suporte estrutural está cada vez mais atingido pela politização exacerbada do clientelismo político. Tal desmoronamento dos fundamentos do Estado moderno atinge proporções alarmantes prática política torna-se cada vez mais uma luta do quotidiano para o acesso de indivíduos à postos que dão acesso imediato à bens materiais para fins de satisfação pessoal ou de grupos. Esse cenário desenrola-se num contexto em que as regras são muito pouco codificadas sob forma de leis e regulamentos. Com efeito, o Estado da Guiné-Bissau está cada vez mais carente na dimensão ligada aos seus dispositivos de "regulação"(GOMES,2018).

Como aponta Vigh, as redes clientelistas na Guiné-Bissau normalmente dependem de acesso ao poder e recursos. Esse acesso é muito importante em um país marcado pela possibilidade de mobilidade socioeconômica para cima e para baixo comparativamente rápida (VIGH, 2006, apud, KOHL, 2007, p.52). Sob o mesmo ponto de vista, o autor aponta que a ausência das regras democráticas possibilita ao tribalismo se tornar um dispositivo político manipulador para a conquista do poder, como também de prevalência no cargo político e da administração do Estado. Assim, as dificuldades institucionais causadas pelo fenômeno da politização e do clientelismo comprometem o processo do avanço no País. Por mesmo molde, Vigh percebe esta situação como sendo

as posições que as forças políticas priorizam para garantir a continuidade da rede e das relações do poder.

Deste modo, [Se uma] rede perde poder como resultado de eleições, conflito ou guerra, o resultado é uma mudança social radical que afeta toda a rede. Uma pequena minoria dentro da rede “demovida” provavelmente terá assegurado a si mesmos fundamentos econômicos relativamente sólidos, ainda que a maior parte dos recursos ganhos já tenha sido redistribuída, através de redes políticas e sociais, significando que mudanças políticas envolvem redes e grupos sociais inteiros ficando sem recursos, perdendo posições e possibilidades que dramaticamente afetam sua existência no dia-a-dia (VIGH, 2006, apud, KOHL,2007, p. 52-53).

Por outro lado, as demais preocupações se justificam sobre as normas na qual as regras democráticas operam com conflitos políticos, e também sobre as distribuições dos cargos institucionais, minimizando ainda as tendências étnicas, e as constantes disputas causado pelas redes amigáveis e familiar. Ainda por cima, temos uma ideia desse caráter manipulador indicado na tese da organização não governamental Voz di Paz, que facilita nossa compreensão do envolvimento étnico no processo democrático e da própria consolidação da paz. Deste modo, de acordo com essa investigação de Voz di Paz, (2010), mostra que:

Responsabilidade dos políticos está tanto mais em causa quanto é aceite como incontornável a abordagem da conquista do poder pela via dos laços étnicos. Nesta ordem de ideias, a Lei eleitoral é denunciada pelos participantes como permissiva à implantação de estratégias políticas com bases étnicas. Por esta razão, muitos intervenientes pediram a revisão da Lei eleitoral no sentido de tornar inoperantes as derivas étnicas nas tentativas de conquista do poder. A profundidade do problema é também revelada pelo facto de as denúncias serem feitas por pessoas que admitem que o comportamento básico da população em matéria política é basicamente inspirado pela afinidade étnica. (Voz di Paz, 2010, p.99).

O problema social e político guineense se desenrola muito sobre a identificação estratégicas dos políticos, em contrapartida da instrumentalização ideológica. Conforme argumenta Padrão Temudo, os políticos da Guiné-Bissau fracassaram até o momento em instrumentalizar as etnias como parte de suas estratégias a ponto de resultar em tribalismo político (PADRÃO TEMUDO, 2008, apud, KOHL,2007, p.54). Do mesmo modo, com a abertura democrática e com o pluralismo político no País, os líderes

políticos adotam comportamento igual a marketing étnico, no qual se desenvolvem ações políticas em favor de assegurar espaço de prestígio.

Bem como mostra, Paulo Bodjam (2008), ex-deputado da nação da segunda maior formação política do País, este fator é bem visto na contemporaneidade política guineense, como o recurso social para atingir o poder. Assim ele afirma o seguinte:

As pessoas não estão preparadas para a democracia. Todos os partidos têm a sua vocação tribal. E dentro de um partido, se disseres uma verdade, corres o risco de seres malvisto se não pertenceres à etnia maioritária. (Bodjam, 2008, apud, Voz di paz, 2010, p.99).

Apesar de instrumentalização democrática no país esse comportamento precisa ser combatido com todos os recursos legais que proíbem em princípio esse mecanismo para chegar ao poder, mas que ainda afeta a vida política nacional dos Guineenses.

Percebe-se, desta forma, como a questão do pertencimento étnico permanece atual e esteve presente durante muito tempo nos debates políticos em Guiné-Bissau, mas sempre foi tratada com cautela, buscando-se uma perspectiva ou tratamento claro na sua relação com o cenário político guineense. Deste modo afirmou Amílcar Cabral, (1969), que considerava que: “[...] qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam foi fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação [...] o que entre nós subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos. [...] Só os oportunistas políticos são tribalistas” (CABRAL, apud LOPOES 1974, pp. 70-71).

Assim sendo, percebemos que mesmo com o processo conduzido pela luta armada e apesar da percepção de um de seus mais destacados líderes, o tribalismo político permaneceu na agenda dos líderes políticos guineense. Por outro lado, percebemos que o tribalismo não resulta simplesmente de um caráter político principal, porque traz uma categorização étnica que pode ser entendida como fator secundário.

É formado por divisões e antagonistas étnicos o tão falado “tribalismo”, que Cabral acreditava que poderia ser resolvido efetivamente com uma educação adequada (LOPES, 2012, p.26). Por outro lado, ele percebia que para concretização do projeto nacional do estado, que é a razão da luta armada, ele tentava excluir o espírito de pertença étnico que pode criar o tribalismo.

Nas sociedades africanas, durante muito tempo a questão étnica tem estado a se cruzar com as lutas políticas, e a conquista do espaço do privilégio entre os diferentes grupos humanos. Em relação aos políticos guineenses a etnia pode ser compreendida

como a forma do suporte eleitoral, na conquista do espaço desejados como afirmam cientistas sociais nacionais, como Carlos Lopes e outros.

Deste modo, o processo democrático ainda garantido como princípio regularizador do exercício da cidadania através do voto, passa de uma forma despercebida para os candidatos políticos. Nesta linha da cidadania o voto passa como sendo o poder da decisão na democracia, mas ainda se questiona sobre valor moral ou a importância que o seu direito da cidadania pode servir. Segundo o sociólogo guineense Rui Jorge Semedo, destaca que:

A democracia não se resume simplesmente na realização de eleições livres e justas [...] O exercício da plena cidadania passa necessariamente pelo posicionamento da sociedade eleitoral, ou seja, o ato de votar deve significar a responsabilidade de saber selecionar o melhor governo entre os concorrentes (partidos ou candidatos) e não um simples ato de favorecer o candidato mediante princípios familiares, étnicos ou religiosos (SEMEDO, 2009, p.52).

De acordo com citação acima, essa ideia se conjuga, sobretudo na mesma lógica manipuladora por políticos interesseiros percebidos por Amílcar Cabral. Ele não se duvidava que as questões étnicas em si, não causariam o problema para a nação, mas quando essa sirva de instrumentalização política separatista causaria uma crise para a formação da unidade nacional como o projeto da libertação da Guiné-Bissau.

Por outro lado, Cabral percebia que deveria existir o espírito coletivo entre os guineenses sendo essa coletividade que possibilitava a massa política uma vitória contra o sistema colonial, que dividia a própria estruturas étnicas em seu benefício, desde então ele tentava excluir o espírito de pertença étnico que pode criar o tribalismo. Assim ele se preocupava ainda mais com problema da identidade e a narrativa política envolvida no conflito, como afirmava:

O Cabral estabelece de forma explícita a diferença entre um caráter indenitário e sua expressão política, convém assinalar que a existência de tribos não se manifesta como uma contradição importante a não ser em função de atitudes oportunistas originárias geralmente de indivíduos ou grupos destribilizados, (CABRAL, apud, LOPES, 2012, p.87).

Portando a identificação desse fator da tribalização política, desenvolvida no Estado-Nação Guineense, tem afetado temporalmente o sistema do desenvolvimento político do Estado-Nação. Conforme Carlos Cardoso (1994), foi a este comportamento

que os ingleses apelidaram de “regionalismo”, “tribalismo”, isto é, a manipulação das referências pré-coloniais e do sentimento étnico para fins políticos modernos visando a conquista do poder de Estado (CARDOSO, 1994, p. 166).

Assim, a ideia do pertencimento étnico no discurso político Guineense veio durante tempos a ser percebidas como aquilo que tem um impacto negativo no sistema político reconhecido, como a fala de Cabral deixa escapar e que precisa ser ainda melhor entendido. Deste modo, para compreender esse fenômeno, precisamos associar as ideias do Cabral (1969), sobre a política de inclusão étnica e o desenvolvimento de um Estado Nacional como pretendemos no desenvolvimento do trabalho.

Nesse ponto, durante muitos anos no processo da construção do Estado-Nação houve um esforço, entre os guineenses, de reconstruir a sociedade política e harmonizar seus líderes afastando-os do discurso oportunistas. Apesar disso, a existência e permanência desse debate nos mostra que a questão se mantinha importante, nos levando a buscar, com esta investigação, por perceber de forma teórica a jogada política, manipulada socialmente por uma ideia de “nos” e “outros”.

Desta forma, este estudo pretende desenvolver uma análise, perspectivando uma coesão organizacional da sociedade cívica e a democratização política do Estado-Nação guineense. Por outro molde, a nossa intenção é tentar entender o porquê da politização étnica, e como ela influencia na criação de um poder político que garante o avanço institucional e o progresso do país.

Cabe ainda perceber a dinâmica da influência do pertencimento étnico no processo democrático, depois da concretização do poder no estado-nacional Guineense. Entender como a democracia se articula na vida política dos líderes partidários no contexto nacional. Por isso, vamos tentar entender como a questão da multiplicidade partidária e aproximação étnica ao longo do tempo se articula na política nacional guineense.

O meu interesse em pesquisar esse assunto se associa com a razão de a sociedade civil guineense disponibilizar um mosaico étnico diversificado, onde cada um tem a sua cultura própria. Enfim, deste modo, perceber a cultura como a força promotora da conquista de luta armada, onde essa unidade política simbolizava uma força que conduz a harmonização étnica. Além disso, a política libertadora concebia unificações étnicas como a forma de afastar o tribalismo e promover a formação do Estado-Nação Guineense. A questão política na Guiné-Bissau veio a ser aos tempos

associados ao tribalismo, sobretudo relacionados aos interesses étnicos, nos conflitos políticos para conseguir o poder.

Assim sendo, essa articulação tribal se conjuga com a tomada da independência, onde os próprios líderes políticos enfraquecem até no ponto de tentar justificar a conquista do poder político, na linhagem étnica. No entanto, é de salientar que este modelo de Estado-nação não enfraqueceu somente no continente africano também seguia o fracasso europeu, o que resultaria não instrumentalização ideal do discurso democrático para a sociedade africana, e em particular a sociedade política Guineense. Desde então, surge a necessidade social e cultural sobre a percepção das fronteiras étnicas e o entendimento dos direitos da cidadania na luta da formação da nação. Assim, este estudo se justifica com a questão do exercício da cidadania, e do jeito no qual esse fenômeno não foi priorizado em sua dignidade das relações sociais no País.

Conforme a nossa intenção, vimos que a sociedade política guineense merece, não somente uma análise, mas também uma ligação histórica e democrática entre as próprias agentes políticos e a sociedade civil, no processo da construção dos valores entre diferentes níveis políticos e sociais. Por esta razão, vimos que a questão da democracia e a cultura pode, em particular, contribuir para uma concretização do estado-nacional em seus diferentes processos de afirmação identitária.

Sendo assim, a cultura pode realçar a identidade nacional guineense no contexto da harmonização, entre diferentes grupos étnicos sem a identificação, do clientelismo e do tribalismo. Segundo esta linha de ideia, percebemos que com este trabalho, para além de sua importância acadêmica, também tem uma relevância política e sociocultural de forma geral.

METODOLOGIA

Em primeiro lugar, o desenvolvimento metodológico do presente projeto de pesquisa se articula com as produções sobre os processos sociais ocorridos na sociedade Guineense. Focamos especificamente as discussões em volta da identidade étnica ou do chamado tribalismo, e como essas questões se articulam com a reconstrução democrática do Estado-nação guineense.

Para entender a questão da identidade étnica e o seu envolvimento político na sociedade atual guineense, inicialmente articulamos estes fenômenos com os estudos de Fredrik Barth sobre etnicidade, e Stuart Hall para identidade, em uma discussão mais ampla sobre as etnias, suas fronteiras e a emergência étnica nas últimas décadas.

Entretanto, não vamos nos limitar a eles, percebendo esses fenômenos também a partir do olhar mais específico de alguns escritores sobre esse contexto Guineenses.

Segundo Moema Parente Augel:

A instabilidade do processo de entendimento entre as etnias depende fortemente do grau de estabilidade das relações políticas, econômicas e sociais. A consciência étnica se exacerba em situações de crise, de penúria, de tensões, de luta pelo poder. A boa convivência entre etnias pressupõe uma bem-sucedida apropriações de espaços vitais individuais ou grupais, simbolizada em expressões [...]. (Augel, 2007, p.183).

Devido ao contexto de conflitos envolvido, como aponta Augel, a questão da identidade de um grupo, ou coletivo nacional, foi durante muito tempo uma preocupação fundamental para os cientistas sociais, que buscavam entender as lógicas deste fenômeno complexo.

Nesta linha, Hall (2006) percebe a identidade como instrumento de classificação social e de controle, atribuindo-lhe uma característica de marco pessoal e coletivo em que identificamos quem somos, e como somos reconhecidos por outros. A fronteira étnica canaliza a vida social, - ela acarreta de um modo frequente uma organização muito complexa das relações sócias e comportamentais (BARTH,1969, p.196).

Boaventura de Sousa Santos (1999), percebe que não é demais justificar que “identidades são identificações em curso”. Por sua vez, para Roberto Cardoso Oliveira (2006), a perspectiva da antropologia orienta o nosso olhar para outra dimensão, aquela que se volta para as relações sociais, em cujo contexto a questão identitária é examinada

(OLIVEIRA, 2006, p.59). Por outro lado, intencionamos com esta visão da identidade problematizar como a questão étnica é pensada na sociedade, questionando também a interação dos homens nas relações socioculturais no sentido de desconstruir as fronteiras destas identidades que limitam a harmonização nacional.

Hall (2006) mostra que a identidade pode ser compreendida em três dimensões, situando-as sobre uma compreensão dos sujeitos: iluminismo, sociológico e pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo centrado e unificado dotado das capacidades de razão[...], e com ele se desenvolvia ainda que permanecia essencialmente o mesmo continua ou idêntico a ele ao longo da existência do indivíduo. Sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência [...], formado na relação com outras pessoas importantes para ele que mediavam para o sujeito os valores e os sentidos. O sujeito pós-moderno conceptualizado como não ter uma identidade fixa, essencial ou permanente. (Hall,2006, pp. 10-12).

Para melhor perceber essa questão da identidade no envolvimento do processo político e seu desenvolvimento social, tentamos enquadrar nessa segunda dimensão sociológica.

A noção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam os sujeitos, os valores sentidos e símbolos (Hall, 2006, p.11).

A identidade, para Bernd Neumann (1970), é vista como a concordância ou ligação do indivíduo entre ele mesmo e a sociedade (Neumann, 1970, apud Augel, 2007, p.235). Por outro lado, o antropólogo norueguês, Thomas H. Ericksen (1991):

Mostra que a etnicidade é uma propriedade de uma formação social e um aspecto de interação; ambos níveis sistêmicos podem ser simultaneamente compreendidos. Secundariamente, diferenças étnicas envolvem diferenças [...] que possuem impacto [...] sobre a natureza das relações sociais (Ericksen,1991, apud, Cardoso,2006, p.89).

É importante notar que apesar no reconhecimento e da diferença, a relação social compartilhada entre diferentes grupos étnicos pode ser aperfeiçoada a partir do ponto de vista sistemático onde cada elemento do grupo étnico tenta-se identificar, mas com o seu ambiente de pertença.

Por outro lado, parafraseando Claude Lévi-Strauss (1958), “entendemos que qualquer estudo científico baseado nas experiências dos atores para melhor perceber as questões em volta do trabalho acadêmico e social deve partir por uma demonstração”.

Como aponta (Philippe Poutignat, 2011, p.117), “estudar a etnicidade consiste, então, em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada e descrever o campo de saliência dessas identidades nas diversas situações de contato”. A ideia central deste autor se mostra sobretudo como nós lidamos com as situações étnicas e o seu relato ao nível político como uma determinada classificação social. Na percepção do norueguês Barth (1969), as fronteiras as quais devemos consagrar a nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, o que pode significar pensar a identidade étnica como construção social.

Podemos compreender essa narrativa étnica como uma identidade em si, em que os sujeitos étnicos se manifestam, podendo articular e afirmar a diferença em uma disputa política, com efeitos para todo o corpo social.

Amílcar Cabral já havia percebido os efeitos dessa noção de pertencimento no quadro político, econômico e social, entendendo essa questão como um problema específico. “Cabral considera[va] a identidade “étnica” uma realidade no seu pleno direito, que é tão importante como realidade econômica ou social”. (Lopes, 2012, p.84).

Segundo Daniele Ellery Mourão (2006), no seu estudo sobre as identidades e nacionalidades em construção, a narrativa do envolvimento étnico é enfatizada na política guineense. Deste modo, para essa autora, “o assunto mais urgente na Guiné-Bissau é gestão dos conflitos étnicos no interior da política guineense um processo denominado etnização da política”. (Mourão, 2006, p.95).

A etnização política é percebida como um tipo de política de era neoliberal que é faccionista, não possui e nem presigie fins coletivos e comuns. Neste âmbito, ela sirva em outra circunstância como instrumento causador do tribalismo político guineense, que serve para a chamada da atenção no marco na discussão nacional, como apontado na própria constituição da República (1996), no seu primeiro capítulo. Ao tratar dos princípios fundamentais da natureza e fundamentos do Estado, a seguinte disposição é explicitada:

“Artigo 4º. É proibida a formação de partidos de âmbito regional ou local, de partidos que fomentam o racismo ou tribalismo e de partidos que proponham empregar mais violências na prossecução dos seus fins”. (Constituição da República da Guiné-Bissau, 1996).

Como é percebido, a questão da identidade étnica engloba uma relevante discussão no parlamento, mas também nos jornais e mesmo na abordagem acadêmica sobre a sociedade guineense, sendo relevante tanto para os políticos como para toda a sociedade. E é buscando a conexão entre o debate político e as discussões acadêmicas que vamos procurar desenvolver o presente estudo.

Sabemos que qualquer investigação científica e acadêmica se baseia num levantamento das questões em volta de seu estudo, para que possamos desenvolver uma linha metodológica correta para o tratamento da discussão. O processo metodológico escolhido para elaboração deste projeto de pesquisa se baseia, sobretudo, numa abordagem qualitativa.

Seguindo a abordagem de Antônio Carlos Gil dos instrumentos para o enquadramento lógico e científico da pesquisa, para o nosso trabalho vamos nos utilizar da bibliografia, teses científicas, como também as monografias e os artigos científicos. Praticamente toda a pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica (GIL, 2010, p.29).

A nossa investigação vai se basear nos sistemas bibliográficas (livros, artigos tanto como as dissertações científicas, culturais e políticas), por esta razão para melhor enquadrar esse trabalho pretendemos dialogar com as ideias dos seguintes autores: Moema Parente Augel (2007) e Carlos Lopes (2012), na qual podemos compreender a identidade e a questão do tribalismo na política guineense. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (2015, 2008), como procedimento para compreender o processo democrático guineense e a forma que este facilitou o envolvimento étnico no cenário político atual, enquanto Poutignat & Streiff-fenart (2011), podem nos facilitar um olhar abrangente sobre examinação política e a influência da etnicidade na sociedade guineense.

Deste modo, vamos associar algumas ideias dos principais sociólogos, antropólogos, políticos e cientistas sociais para melhor desenvolver o nosso trabalho. Isso vai nos trazer, como principal vantagem da pesquisa bibliográfica, o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2010, p.30). Esses estudos podem nos fornecer um amplo leque de discussões sobre as questões da identidade étnica na política, como também facilitar uma compreensão sobre a construção democrática e a formação do Estado-nação.

Segundo Gil, as pesquisas também são elaboradas principalmente com base em material já publicado, as pesquisas referentes ao pensamento de determinado autor e as que se propõem a analisar posições diversas em relação a determinado assunto (GIL, 2010, p.29-30).

Para compreender a sociedade política e seus problemas entre elas a questão da identidade e o desenvolvimento democrático guineense como afirma Gil, “convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente” (GIL,2010). A partir daí, cabe também entendermos um pouco melhor a estruturação da questão étnica do desenvolvimento do Estado Guineense, a partir da leitura de diversos estudiosos, referências fundamentais para a discussão proposta nesse projeto.

O processo da construção do Estado Guineense se deu perante diferentes formações das organizações dos grupos étnicos e das suas relações com o poder do Estado. Entendemos deste modo que o Estado-nacional se conjuga com uma herança colonial de sistematizar a pluralidade interétnica no mesmo território nacional. Essa questão se conecta a outros debates internacionais, fundamentalmente sobre os novos Estados africanos, sobre a vitimização da nação em suas dimensões externas e internas. Pesquisas apontam que havia um mecanismo que vagamente se assemelha ao antagonismo balanceado – inicialmente analisado por Fortes e Evans- Pritchard (1940) – que fornece a construção e manutenção de uma fronteira social na tentativa de unir a nação através das fronteiras étnicas e religiosas e colocando-a contra um “outro coletivo” generalizado. (KOHL,2007, p.58).

Como salienta Daniele Ellery Mourão (2006), “a questão é que muitos indivíduos de nações diferentes e/ou etnias diferentes, com tradições culturais distintas foram colocados, no período colonial, em contínuo contato dentro de um mesmo território, pondo em evidência diferenças e produzindo desigualdades e relações de poder” (MOURÃO,2006, p.88).

Assim deste modo, apesar desta diversificação étnica a política administrativa nacional se prejudicou tanto numa tentativa de instrumentalização de comportamentos da racionalidade étnica e a sua aplicabilidade no aparelho estatal. Pois como afirma Carlos Lopes (1982), no seu estudo etnia Estado e relação do poder na Guiné-Bissau que:

A construção do Estado exige essa conjugação interétnica que está precisamente na base das contradições entre a racionalidade étnica e a racionalidade do Estado. Ou seja, podemos afirmar que a etnia tem, enquanto entidade homogénia, uma ideologia que lhe é própria. Mas o Estado, se nasce da conjugação interétnica, é um aparelho e uma instituição centralizada e possui também a sua própria ideologia. É no momento de encontro de duas ideologias, de duas lógicas, que há a possibilidade de errar nas relações de poder institucionalizadas. (Lopes,1982, p.34).

Por esta razão vimos que a constituição étnica na formação social e política guineense está presente na disputa pela afirmação da identidade nacional do Estado guineense no momento da guerra colonial no solo guineense. Assim sendo, é através da própria unidade étnica entre estes grupos enquadrados no partido Estado que se deu o percurso motivacional para luta de libertação nacional. Assim como afirmava o Amílcar Cabral (1988), a respeito desse pensamento:

Os princípios básicos do nosso partido é a unidade e luta. [...] todos sabem que isto constitui fundamento, a base, o princípio da nossa luta tomada no seu aspecto fundamentalmente político. [...] qualquer que sejam a diferença étnica e regional, é preciso ser um só, um conjunto, para resolver um dado objetivo. Assim a questão da unidade é tomada no seu sentido dinâmico, de movimento (CABRAL, 1988, apud, TEIXEIRA, 2008, p.18).

Como definiu Geertz (2000), o pertencimento a uma nação refere-se ao sentimento de identidade e identificação com aqueles de quem se descende, com quem se parece no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, de gesticular e a quem se está empaticamente ligado, haja o que houver. Mas, se por um lado, Geertz ressalta o carácter unificador dado pelo pertencer a uma nação, por outro, afirma que “quanto mais as coisas se juntam, mais ficam separadas...” (GEERTZ, 2000, apud, MOURÃO, 2006, p.88). Devido esse espírito nacionalista a relação da identidade étnica com a questão nacional deve ser vista em conjunto, sem priorizar os interesses étnicos acima dos nacionais. Isso nos leva a pensar o papel dos partidos políticos nesse contexto. Como aponta Semedo: “acredito que o voto étnico presente na democracia guineense tem a sua origem na postura dos partidos” (SEMEDO, 2009, p.165). Ele indica que:

E a abertura democrática que a princípio seria uma oportunidade para a consolidar a obra de Cabral-Unidade Nacional- está sendo usada por novos atores, neste caso por partidos políticos, como elemento para explorar as contradições sócias e políticas existentes para conquistar o poder à margem do legalmente

estabelecido. Com isso muito subtilmente começou-se explicita ou implicitamente o aproveitamento do peso étnico ancorando as pretensões políticas (SEMEDO, 2009, p.165).

Entretanto, as contradições políticas e as manipulações simbólicas das questões étnicas atuam não somente pela a tentativa de manipulação política, mas também pelas próprias dificuldades sociais da sociedade se contribuí para a maior afirmação desta demanda. Segundo o cientista norte-americano Samuel Huntington (1994), apesar da política sempre criar conflitos em um Estado, “é por intermédio da participação política que se expressa á frustração social quando são canalizadas para o governo as demandas advindas da sociedade” (HUNTINGTON, 1994, apud, TEIXEIRA, 2015, p.66). Assim sendo, falando da sociedade guineense antes da formação do Estado-nação os grupos étnicos formavam uma comunidade política para a libertação do Estado da Guiné-Bissau, assim sendo acreditavam que as questões étnicas não eram causas de problemas.

Por outro lado, numa unidade étnica e política existente antes do Estado-nação, as demandas étnicas não eram vistas como problemas, criando o desencontro dos interesses no ambiente político nacional. Ora, os problemas étnicos e dos procedimentos contra as condutas nacionais podem ser vistas conforme o sociólogo guineense Raul Fernandes (1993), no “primeiro período depois da independência, a tônica posta na construção de um Estado nacional e centralizado combateu os ‘etnismos’, considerados como encorajadores de tribalismo, e por isso antinacionais”. (FERNANDES,1993, apud AUGEL, p.179). Além disso, o entender sobre questão étnica nos proporciona muitas percepções sobre a relação de grupos sociais como étnicos, que podem envolver os seus membros em uma relação de integração ou afastamento.

Segundo a etnografia soviética, os fenômenos étnicos estão divididos em duas categorias: o processo de unificação e o processo de separação. O primeiro é caracterizado por três etapas: a consolidação, a assimilação e a integração nacional, sendo o papel das transformações socioeconômicas subestimado e os problemas étnicos reduzidos as inimizades tribais (LOPES, 1982, P.87).

Para antropólogo e sociólogo Anthony Smith, (1998) o legado étnico da nação inclui os mitos e as lembranças, as crenças, os valores, os símbolos e as tradições ligadas a um território em particular. Uma parte importante de todo processo de identidade nacional se estriba no processo de demarcar, descobrir e reinterpretar um natal autêntica que uma os ancestrais com pessoas vivas, os que nascem com os que

estão por nascer (SMITH, 1998, apud, AUGEL,2007, p.329). Deste modo, a demarcação étnica causada por uma ligação histórica pode resultar num reconhecimento de mitos tribais em que o Estado-nacional veio se confrontar durante os tempos.

A contestação entre grupos étnicos nacionais pode criar dificuldades no desenvolvimento da administração estatal em qualquer circunstância se não for cautelada. Assim, “é inegável, hoje, que a África é um continente de conflitos institucionais misturados com questões étnicas” (Teixeira, 2008). A instrumentalização étnica na vida política e social pode ser vista, atualmente, como a marca deixada pelos portugueses. Sendo o mecanismo utilizado para enfraquecer as políticas nacionalistas de conquista da independência em todos os países da África onde passaram, em particular Guiné-Bissau.

Segundo Jorge Mário Fernandes (20015), entendemos que na sociedade guineense os conflitos étnicos não se apresentam como algo vivível, mas, apesar dessa invisibilidade, este fenômeno de disputas do poder das elites governamentais se envolve na questão étnica. Em outras palavras, os políticos aproveitam o discurso de envolvimento étnico manipulando os eleitores durante a abertura democrática, como é bem vista hoje apesar das regras eleitorais do Estado. Além disso, ainda podemos perceber que o desafio político que se apresenta quando a questão étnica passa a ser posta como instrumento de conquista do poder, deixando-se a vontade democrática se concretizar. Segundo Teixeira (2008), vimos que as regras democráticas se incorporam na política guineense de um modo muito frágil, onde a questão da identidade étnica e territorial se confundem como o requisito do poder. Deste modo o autor afirma que:

Na Guiné-Bissau, as regras processuais da democracia eleitoral foram rapidamente instituídas, mas a incorporação delas por parte do Estado e da sociedade civil continua problemática e difícil. No momento em que o país marcou suas primeiras eleições livres, a transição para a democracia estava fadada ao fracasso. Isso porque os líderes políticos apelaram para os votos da forma mais sensível aos eleitores: votam em mim porque sou da região Norte e não votam nele porque é filho do Sul. O que veio em seguida foi o recrudescimento das clivagens étnicas e regionais. Desta forma a democracia liberal não poderia sobreviver sem algum grau de aceitação sobre as regras de jogo por parte dos grupos étnicos que constituem uma base importante de estabilidade institucional sem a qual a democracia eleitoral não pode funcionar. (TEIXEIRA, 2008, p.16).

Certamente que este fato étnico na política guineense ainda aparece mesmo na transição democrática e na criação de leis que buscaram impedir este comportamento. Deste modo, a política passa a ser subjugada ainda com afinidade de pertença étnica

onde a própria democracia deixa de ser respeitada, e o direito cívico passa a não funcionar, facilitando este ato no diário político guineense. Rui Jorge Semedo (2009), reconhece essa conotação étnica e ainda afirma:

Os procedimentos que indicam para a presença de tendências étnicas na nossa democracia e que são responsáveis pelo voto étnico ser resumidos em três pontos: Primeiro, o modo como é feito o processo de seleção dos candidatos a Assembleia Nacional Popular- os indivíduos são selecionados na maioria das vezes para concorrer num determinado círculo eleitoral em função do seu grupo étnico, segundo uso de trajes tradicionais que façam os eleitores identificarem facilmente o candidato como um dos elementos do grupo, terceiro a concentração de indivíduos do mesmo grupo étnico numa legenda, para além desse comportamento de carácter político-partidário existe outro de cunho social, que é reproduzido em linguagens. Os muçulmanos não vão mandar aqui na Guiné-Bissau, [...], os **“burmedjus”** em referência aos descendentes de cabo-verdianos, [...], os balantas historicamente foram marginalizados das rédeas do poder, agora chegou a sua vez de mandar, ou Bissau é a terra dos papéis e deve ser um papel a mandar aqui (SEMEDO, 2009, p.166).

Por outro lado, assim dá para perceber que com este modelo de seleção dos representantes partidários, sobretudo nas regiões e setores, se baseava em um processo estratégico da valorização de votos que caminhava com o reconhecimento do parentesco na lista do voto. A invocação étnica por outro lado, se justifica na política nacional as vezes como a forma na qual os diferentes membros do estado se posicionam numa determinada circunstancia para escolha políticas dos dirigentes institucionais.

Com base desta ideia vimos que, mesmo com a democracia desenvolvida precisamos ainda incorporar as agendas étnicas nos olhares políticos inclusiva, a questão de como lidar com as dificuldades políticas perante a multietnicidade que prevale-se até então na sociedade política guineense.

Com base nessas reflexões, pensamos na organização futura do trabalho proposto, que seria composto por três capítulos. No primeiro capítulo vamos abordar a identidade étnica e tribalismo e a maneira como são vistos na Guiné-Bissau. O segundo capítulo vai trazer uma abordagem de como a construção do Estado nacional guineense lidou com a questão do tribalismo até última década. Na terceira e última parte procuramos destacar os desafios pela questão étnica hoje, pensando os riscos e as motivações da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGEL, Moema Parente, 1939. **O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. “**Constituição da República da Guiné-Bissau**”. 1996. Disponível:< <https://bit.ly/2IWkZCn>>. Acesso: 11/05/18.

BARTH, Fredrik. **Los Grupos Etnicos y sus Fronteras**. Mexico. Fondo de Cultura y Economia, 1969. Disponível: < <https://bit.ly/2IN15fJ> >. Acesso: 16/05/2018

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)** / Artemisa Odila Candé Monteiro. – Salvador, 2013.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau. Um parto difícil, in: Soronda. Revista de Estudos Guineenses, nº 17, 1994, p. 5-30.

CARDOSO OLIVEIRA, Roberto de. **Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15.2006. 258p.

DJALÓ, Tchernó. **Diversidade étnica “é uma sorte” para o país**. Disponível in: Lusa: < <https://bit.ly/2IP6hNs>>. Acesso: 01/05/2018

FERNANDES, Jorge Mário. **Guiné-Bissau Limites da Consolidação democrática e do estado de direito**/ Jorge Mário Fernandes. – 2015.

GOMES, Aristides. **Crítica clientelismo político e promete maior regulação do Estado**. Disponível in. Lusa:< <https://bit.ly/2Gze0do>>.Acesso: 28/04/2018.

GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**/ Antonio Carlos Gil. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tadeu Tomaz da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOHL, Christoph. “**Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau**”. Os achados etnográficos são resultado de trabalho de campo socioantropológico na Guiné-Bissau – incluindo Bissau e o interior – de abril de 2006 a maio de 2007. Disponível:< <https://bit.ly/2IzzxEH> >. Acesso:10/05/18

LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral** (org.); [tradução Roberto Leal/Fundação Amílcar Cabral]. – São Paulo: Ed.Unesp,2012. 215p.: il.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MOURÃO, Daniele, Ellery. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção**. Pro-Posições [online]. 2009, vol.20, n.1, pp.83-101. ISSN 1980-6248.Disponível:< <https://bit.ly/2IwxpNT>> .Acesso: 11/05/18

POUTIGNATP, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras** de Fredrik Barth/ Philippe Poutignant, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução Elcio Fernandes. -2.ed.São Paulo: Ed.Unesp, 2011. 250p.

RGPH. **Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação de 2009: Estado e Estrutura da População, III RGPH 2009**.

Relatório Voz di Paz «**Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo- Resultados da auscultação nacional realizada em 2008**».Disponível:< <https://bit.ly/2wUQSGB> >.Acesso: 09/05/2018.

SEMEDO, Rui Jorge. **Ponto de vista. São Carlos/Brasil**: Pedro & João Editores, 2009.

SEMEDO, Rui Jorge: **O Estado da Guiné-Bissau e os desafios Políticos-institucionais**. In: Tensões Mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades, v. 7, n. 13 (jul. /dez.2011). Disponível:< <https://bit.ly/2IAjs1s>>. Acesso: 13/05/18

TEIXEIRA, Ricardino. **A sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau**. Recife, (Dissertação de mestrado em Sociologia) PPGS-UFPE, 2008.

_____. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**/Ricardino Jacinto Dumas Teixeira. – Recife: Ed. Do Autor, 2015. 519 p.

HOBBS, Thomas de Malmesbury. Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Editora Abril: São Paulo, 1974. Disponível in: <Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 217-234, jan. /jun. 2012>. Acesso: 15/05/18.